

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E CURRÍCULOS: DEBATES, INCLUSÕES E APRENDIZAGENS

Jociane de Oliveira Nunes Gonçalves

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – jocianenunesg@gmail.com

Dania Andreza Duarte de Souza

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- dania_duarte_21@hotmail.com

Drielly Sinara de Castro Porta

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- driellydecastro@gmail.com

Luciene Cléa da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - luciene.silva@ufms.br

RESUMO: O presente artigo surgiu na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Ponta Porã, na disciplina Escola, Cultura e Currículo, com o intuito de dialogarmos e analisarmos o pensar e o fazer (teoria e prática) que envolvem a organização curricular e as questões que perpassam o contexto escolar. A partir de observações e diálogos concernentes ao currículo da educação básica, mais especificamente à organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais - questões referentes à Pluralidade, desenvolvem-se e ampliam-se reflexões sob a ótica da escola da fronteira. Destacamos como ponto inicial de nossas inquietações o espaço da academia, permeado por leituras e discussões voltadas à organização curricular e ao processo de ensino-aprendizagem promovido dentro dos espaços educativos, em especial, nas escolas da fronteira entre Ponta Porã- BR e Pedro Juan Caballero - PY. Em seguida, delineamos um caminho de aprendizagem colaborativa suscitando a construção de conhecimento, desde o momento em que abordamos os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) com foco na pluralidade cultural, já que fazemos parte de uma realidade fronteiriça, em nossos momentos de estudos internos, até o segundo momento em que vamos ao campo empírico para observar como nossas discussões, inquietações e aprendizagens se consolidam no 'chão da escola', verificando assim, a relevância de nossas discussões e a necessária interlocução de saberes e a possível melhoria em determinadas práticas pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: PCNs. Currículo. Educação. Fronteira.

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu na disciplina de Escola, Cultura e Currículo, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Ponta Porã, MS, como proposta de articulação entre pensares e fazeres, ou ainda entre a teoria e a prática, perpassando por diálogos dentro da universidade e por observações nos espaços de educação básica, a partir dos quais se constatou o quanto importante é refletirmos sobre essa perspectiva, visto que é uma temática que compõe todo o cenário educacional. Destacando assim, a relevância de um diálogo constante sobre a organização curricular para que haja uma articulação necessária com o propósito de melhoria nas práticas pedagógicas.

Para dar suporte às nossas reflexões, abordamos como lócus inicial uma concepção de currículo e de como ele pode ser (re) pensado a partir de seu contexto local, evidenciando a sua



importância, articulando com as práticas pedagógicas dos docentes, os quais precisam vislumbrar o real papel da escola para a socialização de saberes, vivências, culturas e experiências. Desta forma, destacamos a concepção de currículo que nos guia, e a importância para que este aconteça em todo o contexto educativo, consolidando-se em espaços escolares ou extraescolares. Nesse contexto, dialogamos com Gonçalves, Souza e Porta (2015) quando evidenciam que:

[...] tomamos como referência os princípios de que o currículo que buscamos compreender caracteriza-se como o envolvimento de todas as vivências escolares, ou seja, tudo o que é realizado dentro da escola para que haja experiências validadas dentro e fora deste espaço[...] (2015, p.05).

A importância do saber que as crianças trazem consigo é uma questão pertinente, pois isso que contempla a dinamicidade do e no espaço escolar. Cada um traz consigo suas vivências, crenças e valores culturais constituídos na amplitude de sua vida, e é no cotidiano escolar que acontece a junção desses valores agregados à prática pedagógica a ser desenvolvida pelo professor diante do seu papel de mediador de conhecimento. É nesse aspecto que pensar no currículo a ser alcançado tem um papel determinante no caminhar dessa relação estudante-professor, exercendo uma relação primordial. É o que destaca Esteban:

[...] Observar a diferença que constitui as práticas escolares cotidianas e produzir caminhos que gerem processos mais democráticos de produção e socialização do conhecimento exige o reconhecimento de que diferença e semelhança estão relacionadas sem que possam ser traduzidas uma na outra [...] (2004, p.167).

Diante dessa temática até aqui mencionada daremos foco aos PCNs (Parâmetros Nacionais Curriculares), com ênfase à pluralidade cultural, que tem como principal tema explicitar a peculiaridade do nosso país, em relação às diversas etnias aqui presentes e o quanto isso influencia na desigualdade social e marginalização das pessoas, considerando que isso se faz presente por questões econômicas e políticas que regem o nosso país e tornam essas desigualdades cada vez maiores. As relações de poder estão presentes nessa desigualdade assim como nas questões culturais que pré-definem os dominadores e dominados, ou melhor, os excluídos socialmente dizendo. Nesse sentido Moreira, Pacheco e Garcia (2004) enfatizam sobre a particularidade encontrada em nosso país e em especial na nossa fronteira:

[...] O discurso sobre a existência de saberes diferentes muitas vezes tem se confundido como modos diferentes de enquadrar a diferença como deficiência, como algo deslocado, ou como desvio que para ser integrado precisa ser corrigido. [...] (2004, p. 172)

Por mais que as leis “tentem” igualar os direitos sociais no Brasil, estes ainda são falhos, por isso vemos a necessidade da educação para formar cidadãos justos, livres de preconceitos, que





virem a uma igualdade social. O Brasil é o país da diversidade, por isso acreditamos na necessidade de que essa diversidade não seja discriminatória, já que muitos foram alvos de injustiças históricas e carregam isso até hoje. É uma mistura de povos e tribos e cada região tem sua peculiaridade, mesmo que algumas não sejam tão acentuadas, todas precisam ser vistas de maneira ‘igualitária’, ou porque não dizer, de maneira equitativa e democrática. É o que demonstram os PCNs:

[...] em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como também por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e que a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação [...] (1997, p.117).

Walsh (2001) dialoga com esta questão, destacando que consiste num processo simultâneo de trocas e valorizações entre as culturas, respeito e por si só uma proximidade que tende a conviver num ambiente recíproco de trocas. A autora enfatiza que é necessário vislumbrarmos:

[...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. [...] Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. [...] (2001, p.10-11).

Deste modo, é visível a importância da escola, já que nesse ambiente se encontram as diversas identidades, sendo essas crianças carregadas de culturas, costumes e maneiras de ver o mundo diferente do outro. De acordo com a sua realidade e nessas diferenças o convívio e a relação de respeito na igualdade tornam-se importantes para a formação e compreensão da identidade singular do “Eu” e do “Outro”, por esse motivo é essencial que a escola esteja amparada e se respalde cientificamente para que consiga atender essas crianças e a diversidade que a instituição escolar carrega, conforme o PCN (1997) de Pluralidade Cultural:

[...]Para tanto, há necessidade de a escola instrumentalizar-se para fornecer informações mais precisas a questões que vêm sendo indevidamente respondidas pelo senso comum, quando não ignoradas por um silencioso constrangimento. Esta proposta traz a necessidade imperiosa da formação de professores no tema da Pluralidade Cultural. Provocar essa demanda específica na formação docente é exercício de cidadania. É investimento importante e precisa ser um compromisso político-pedagógico de qualquer planejamento educacional/escolar para formação e/ou desenvolvimento profissional dos professores. [...] (PCN,1997, p. 123).

Entre as pesquisas dessa temática de respeito e igualdade às diferenças culturais, é ressaltado um trabalho que a ONU desenvolve tentando promover a “Cultura da Paz” que visa a esse respeito entre as diferenças no âmbito escolar e solicita trabalhos de docentes acerca do assunto, pois há uma





preocupação com o respeito entre as diversas etnias. Mesmo no Brasil, onde existem estudos que abordam temáticas a respeito das escolas indígenas e as questões dos afrodescendentes nas escolas, pouco se diz a respeito de todas as demais culturas que aqui são constituídas, é raro também encontrarmos pesquisas que englobam o intercâmbio cultural que daria abertura para o compartilhamento das diversas culturas que existem na escola e o acesso à cultura do outro.

Nesse contexto, destacando o intercâmbio de culturas, é possível delinear a nossa região fronteiriça (Ponta Porã -Brasil / Pedro Juan Caballero - Paraguai) onde claramente existe um choque/mescla de culturas, pois a fronteira seca, ou seja, o acesso livre entre esses países possibilita uma miscigenação cultural, social, linguística, religiosa, econômica, de saberes e experiências, sendo estas mesclas repassadas de geração em geração. Dentre essa multiculturalidade presente destacamos o que Torchi e Silva evidenciam sobre a cultura presente na fronteira:

[...] não há como pensar na fronteira apenas como uma linha ou faixa demarcatória que indica onde um país com sua língua, cultura e tradições termina e outro começa. Fronteira é muito mais que isso é o entrelaçar de línguas e culturas, mesclando o que está posto, transformando em mestiço algo que “aparentemente” era puro ao mesmo tempo em que preserva os traços de cada língua e da cultura (2014, p.36).

Fronteira é muito mais que a linha que divide os dois países, muito pelo contrário, esta linha de fronteira permite a união destes povos, a miscigenação entre sujeitos que convivem diariamente, enriquecendo cultura de ambas as nacionalidades. Como Torchi e Silva (2014) destacam em sua fala que é o “entrelaçar de línguas e culturas”, havendo multiculturalidade nesse cenário. É preciso valorizar a cultura do outro para desta forma valorizar sua própria cultura, tornando-se um sujeito digno de respeito ao respeitar o outro, e com alta autoestima, que considera e valoriza as diferenças étnicas, religiosas e culturais na sociedade em que vive, construindo a sua identidade fundamentada no diálogo e no respeito pelo diferente, deste modo:

[...] Aprender a posicionar-se de forma que compreenda a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é aprender o respeito ao outro. Ensinar suas próprias práticas, histórias, gestos, tradições, é fazer-se respeitar ao dar-se a conhecer [...] (PCN, 1997, p.138).

Esse processo está presente em muitas ações vislumbradas no cotidiano do povo brasileiro, mas infelizmente, às vezes aparece de forma silenciada e silenciadora, o que conseqüentemente diminui a valorização cultura do outro. Pode-se relacionar tal fato ao contexto histórico de soberba nacionalista do Brasil que silenciou a cultura indígena e marginalizou a cultura afro, por exemplo. Apesar de estar exposto nos livros didáticos a formação do brasileiro sendo originalmente derivada de brancos, negros e índios, alguns materiais divulgam a cultura de subordinação das diferentes





etnias e dessa forma sobressalta uma cultura propagadora de discriminação sem que seja percebida de fato.

E sendo o ambiente escolar brasileiro, local de farta diversidade cultural é onde se deve filtrar as concepções e percepções de injustiças, discriminações e preconceitos, para da mesma maneira rejeitar essas atitudes, principalmente porque este espaço deve se comprometer com os valores que dissemina, assim como afirmam os PCNs: “[...] Como instituição voltada para a constituição de sujeitos sociais e ao afirmar um compromisso com a cidadania, coloque em análise suas relações, suas práticas, as informações e os valores que veicula. [...]” (1997, p.137).

Tendo em vista que a escola já vive a pluralidade cultural, a constituição escolar está repleta desta diversidade em toda a sua formação, basta comparar as origens e os diferentes grupos sociais dos quais são provenientes os estudantes, professores e funcionários da escola. A pluralidade está no cotidiano escolar e todos os seus integrantes trazem-na consigo, na formação da sua singularidade, no entanto pouco se fala dela, o que a faz, em muitos momentos, ser vivida silenciosamente na consciência de cada um. O ambiente escolar precisa trazer à tona a problemática da discriminação, para não alimentar o preconceito que se molda no desconhecimento das diferentes tradições culturais dos distintos grupos sociais que formam a nação brasileira. É o que declaram os PCNs neste trecho: [...] O que se busca é que o estudante possa conhecer demandas sociais existentes no Brasil e o tratamento legal já existente, em assuntos de grande importância como preconceito, discriminação, exclusão, relações de trabalho e direito à educação. [...] (PCN,1997, p.164).

Assim, vemos que a pluralidade cultural está no âmbito escolar e que as diferenças se encontram na escola, mas, mesmo que as pessoas sejam diferentes em sua origem, etnia, religiosidade, algo as une, nem que esse algo seja o simples fato de estarem ali. Mesmo com os PCNs propondo que os temas transversais sejam trabalhados nas instituições, as escolas ou qualquer instância educacional ainda apresentam uma dificuldade muito grande em abordar estes temas, principalmente o pluralismo cultural como, por exemplo, na fronteira entre o Brasil e Paraguai, mais precisamente nos municípios Ponta Porã, onde é evidente que existe o multiculturalismo no cotidiano escolar, e pouco se fala sobre o assunto. Este multiculturalismo tão característico da região de fronteira pode ser definido tal como Candau define:

[...] multiculturalismo não é simplesmente como um dado da realidade, mas como uma maneira de atuar, de intervir, de transformar a dinâmica social. Trata-se de um projeto político-cultural de um modo de se trabalhar as relações culturais numa determinada sociedade, de conceber políticas públicas na perspectiva da radicalização da democracia, assim como de construir estratégias pedagógicas nesta perspectiva (CANDAU, 2008, p.20).





Este olhar para o multiculturalismo permite a constituição de uma sociedade muito mais democrática, assim como defende Candau, pois esta maneira de atuar, intervir e transformar a realidade social na qual você e o outro estão inseridos pode promover de fato uma interlocução de experiências e saberes diferenciados, assim como a inclusão e valorização da identidade cultural de povos que se constituem a partir das suas igualdades, mas também por meio das suas diferenças. Ao falar sobre as miscigenações da fronteira, Pereira destaca a construção cultural dos fronteiriços, evidenciando que “[...] proximidade geográfica das duas cidades faz com que a população compartilhe não somente o território, mas conseqüentemente, toda construção cultural dos fronteiriços [...]” (2003.p 02).

O acesso livre a esta construção cultural dos sujeitos fronteiriços, assim como o ir e vir das pessoas na linha de fronteira deixam mais do que evidente as relações multiculturais que são estabelecidas nestes espaços, entretanto estas relações de trocas, aprendizagens, compartilhamentos e construções coletivas existentes na fronteira nem sempre são valorizados dentro dos espaços educativos, isso porque ainda existe a predominância de uma cultura em detrimento a outra, ainda persiste a discriminação sobre determinadas crenças, valores, hábitos e saberes e, portanto, isso acaba reprimindo cada vez mais a valorização da pluralidade na sociedade em que estamos inseridos.

Como já destacado anteriormente, a sala de aula é um amplo espaço para se identificar, reconhecer e valorizar as diferenças e assimilações sobre questões que são emergentes no cotidiano escolar. Porém, Ciliato e Sartori (2015) afirmam que temas como o multiculturalismo e pluralidade são estudadas de forma isolada, não havendo contextualização com a realidade da escola, e as diferenças que são evidenciadas nas escolas servem, ou pelo menos, deveriam servir, para um aprendizado de respeito em sociedade. Moreira, Pacheco e Garcia evidenciam que:

[...] A complexidade do cotidiano faz com que tanto a ideia de homogeneidade quanto da heterogeneidade sejam simultaneamente desejáveis e criticáveis pois como o processo pedagógico se constitui em um contexto social fortemente marcado por relações de exclusão, ainda que seja visível à implantação de ações que visam à inclusão suas diversas práticas estão marcadas pela tensão produzida pelo encontro de elementos opostos. [...] (2004, p.162).

Diante de todos os problemas que ainda persistem na sociedade, cabe à escola e aos docentes que permeiam este espaço tentar modificar este cenário, pois é a partir dela, dos ensinamentos e vivências que ali afloram e que possibilitam uma grande variedade de escolhas que devemos respeitar, para que assim não existam conflitos e assim seja uma sociedade mais humana e que o respeito prevaleça.

Neste contexto podemos afirmar que as relações focalizadas seriam entre os agentes que compõem: alunos, professores, funcionários e pais. Além dessas relações, a reflexão ética deveria incidir sobre o conhecimento ministrado pelas disciplinas do currículo que não é neutro. Deveria incidir também sobre os demais temas de convívio social e ético. A escola possibilita o convívio com diversos tipos de pessoas e assim os alunos podem e devem ter o respeito por todos os alunos, isso é um dos papéis da escola. Assim, verifica-se que o preconceito, a discriminação e o silenciamento estão presentes dentro da escola, portanto, cabe a tal instituição e toda equipe que a constitui, trabalhar para que isso não se estabeleça neste espaço.

O preconceito mais comum é o não reconhecimento da universalidade de alguns princípios morais universais, outra tradução do preconceito é a intolerância, pois não se aceita a diferença e tenta de toda forma censurá-la e silenciá-la. No contexto escolar, o professor enquanto mediador do conhecimento, precisa trabalhar com a multiplicidade de comportamento e cultura, considerando e incentivando o respeito mútuo. Nos PCNs é explicitado isso da seguinte maneira:

[...]Uma proposta curricular voltada para a cidadania deve preocupar-se necessariamente com as diversidades existentes na sociedade, uma das bases concretas em que se praticam os preceitos éticos. É a ética que norteia e exige de todos — da escola e dos educadores em particular —, propostas e iniciativas que visem à superação do preconceito e da discriminação. A contribuição da escola na construção da democracia é a de promover os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano; é a de encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e ações decididas em relação aos problemas gerados pela injustiça social [...] (1997, p.129).

Segundo Moreira (2001), é necessário pensar em uma sociedade em que a pluralidade de cultura, etnia, religião, visão de mundo e outras dimensões da identidade infiltram-se cada vez mais nos diversos campos da vida. As complexidades das relações e tensões e conflitos resultam do choque entre as identidades plurais e por suas lutas por afirmação e representação políticas e práticas sociais, extrapola o âmbito da investigação e das reflexões que se desenvolvem na universidade. Sobre as tensões Moreira, Pacheco e Garcia ressaltam:

[...] A tensão heterogeneidade/ homogeneidade nos remete aos processos sociais de regulação e controle que definem o olhar que vai determinando que somos nós, quem são os outros e quais são as relações possíveis entre os sujeitos e entre os grupos. [...] características inscritas no processo pedagógico e norteadoras das funções do currículo e da avaliação no cotidiano escolar [...] (2004, p.163).

Esse contexto de tensão, de vislumbrar no desequilíbrio novos caminhos, na diferença outras formas de identificação e no díspar, possibilidades distintas de compreensão, permite sim que o espaço educativo possa acolher todas estas características tão comuns aos currículos e cotidianos



escolares, buscando ações que possam mudar um cenário de noticiários repletos de preconceitos, xenofobias, violências e guerras (sejam em espaços reais ou virtuais), em que crescentemente se vinculam mensagens racistas e discriminatórias, bem como em qualquer espaço em que se mostra a face desumana do ódio, da agressão, da exclusão ou do preconceito ao outro percebido e tratado como diferente. A escola deveria contemplar o conhecimento e a valorização dos diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira, em termos de raças, etnias, religião, sexo, posicionamento político, imigrantes de vários países além de imigrantes nacionais (oriundo de um estado para outro), enfim, conhecer e valorizar as diferenças culturais, evitando o preconceito.

METODOLOGIA

Diante dos diálogos que se obteve na disciplina como dito anteriormente, fomos orientadas a entrar em contato com alguma escola do município para que houvesse uma conversa com a direção, coordenação e um professor, para que nos relatassem sua ótica a respeito do currículo e da questão da pluralidade que permeiam este espaço. A princípio buscamos uma escola mais próxima do nosso alcance, entretanto, quando chegamos à escola para entregar a carta de consentimento, nossas colegas já haviam entrado em contato com aquela instituição, logo procuramos outra. A escolhida então era uma escola estadual, onde, por coincidência outro grupo de colegas já estavam planejando de ir. Ao longo das conversas em grupo foi decidido ir a procura de outra instituição, porém quando conversamos com a direção, ela nos propôs a procurar outra escola, pois eles estavam atarefados por conta de provas que estavam sendo aplicadas.

Em discussões do grupo nos deslocamos a um CEINF municipal, um dos mais antigos da cidade, a partir de um diálogo harmonioso com a direção, entregamos a carta de consentimento, explicando quais seriam os propósitos daquela conversa que estávamos propondo. A direção observou e concordou com os termos, marcando um horário para o dia seguinte; ela ainda questionou sobre qual tema especificamente se tratava a nossa conversa, em resposta dissemos que tudo que se englobava na questão da organização do currículo. Dentre os diálogos que foram promovidos na escola, destacamos alguns questionamentos que foram elaboradas antes mesmo de escolher alguma instituição. Seguem abaixo tais questionamentos:

QUESTIONAMENTOS:

Qual é a visão sobre os PCNs?

Existe algum momento em que os PCNs são discutidos com os professores?



No PPP há alguma questão que aborde a pluralidade cultural?

Como é trabalhada a diversidade cultural? Se não, por quê? Se sim, como?

É permitido observar o PPP?

Fonte: arquivo pessoal

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De início foi pedido à diretora se podíamos examinar o PPP (Projeto Político Pedagógico) do CEINF, ela disponibilizou e ainda disse que o PPP está disponível a qualquer momento para todos. O PPP foi feito em 2009, e a última reformulação dele foi de 2012, a diretora afirmou que o CEINF está realizando outra atualização no momento, porém não estava pronto e tampouco acessível, pois estava no computador. Ela disse ainda que a explicação da atualização do PPP é devido à falta de relação entre a proposta e a da realidade em que o CEINF está inserida. Exclamou também que a fundamentação teórica está defasada, faltando ementas importantes dos berçários e maternais.

Quando o segundo questionamento foi lançado sobre a participação e a discussão referente aos PCNs, visto que nos encontramos localizados na faixa fronteira, ela argumentou que é muito importante, muito utilizado em escolas de ensinos fundamentais e que no momento um dos suportes de currículo é o Referencial Curricular, diz ainda que os PCNs são utilizados parcialmente, nesta instituição não há tempos de estudos no que se refere aos temas que envolvem os PCNs. Afirmando que são revisados em parte, em momentos de reuniões importantes.

Em seguida, a partir da outra questão ela argumenta que em reuniões são discutidos estes temas, porém não são discussões contínuas, tornando dificultoso esse debate; todos os professores são frequentes, entretanto em alguns assuntos não há participação de todos. A direção conclui que os professores atuantes naquele CEINF não estudam em sua hora atividade algo a respeito dos PCNs.

Logo outra pergunta foi lançada, ela diz que não é abordado, ainda evidencia que por se tratar de bebês que estão nos berçários e maternais, eles são todos iguais no que se refere ao atendimento do CEINF, afirmando, que não existe discriminação naquela instituição. Os assuntos sobre diversidades são estudados no jardim, porém são bem restritos os estudos sobre isso. Assim como a direção, a coordenação estimula a ser trabalhado sobre as diversidades.

Partimos para a última pergunta sobre pluralidade, e logo ela acrescenta novamente que a pluralidade é trabalhada em escolas que atendem crianças maiores, pois assim se pode ter um resultado proveitoso. Ela ressalta que este tema não foi abordado no PPP do CEINF, neste momento

ela cita novamente o Referencial Curricular, diz ainda que estão surgindo ementas dos Berçários e Maternais, as posses do concurso interfere sobre a finalização do PPP do CEINF. E finalizando ela diz que a pluralidade não é debatida com os professores e que o objetivo do CEINF é de enxergar as evoluções e conquistas das crianças durante o tempo que estão neste espaço. Destarte, percebemos que algumas das discussões e reflexões que realizamos no espaço acadêmico, não se encontram presentes no espaço educativo, ou abordadas no PPP das instituições, não porque deixam de existir no contexto cotidiano destes meios, pois pelo pouco contato de nossas interações percebemos como a pluralidade e a multiculturalidade coexistem com as demais práticas realizadas no meio educativo, por isso, destacamos a urgente necessidade de ampliarmos discursos, aprofundarmos reflexões e promovermos aprendizagens colaborativas, a fim de que a inclusão desta temática no currículo de tais instituições possam contribuir com a transformação do meio no qual estão inseridos.

As crianças presentes nos CEINFs são oriundas desta região de fronteira e, conseqüentemente, trazem consigo toda a bagagem plural e cultural que permeia este espaço, desta forma, o convívio cotidiano dentro dos espaços de educação infantil é possibilitador de grande interlocução de saberes e de culturas. Assim, poderia ser suscitado o conhecer e reconhecer, o explorar essa multiculturalidade tão presente nesse meio, fato que tornaria as práticas pedagógicas muito mais ricas e significativas, principalmente pelo rico contraste de culturas, permeando por diversos saberes, experiências, tradições, hábitos e possibilidades de interações.

Mas como a própria direção ressaltou que está havendo uma mudança na estruturação do PPP da escola e na própria organização curricular, podemos, em outro momento, retornar para ver quais foram as propostas de mudanças, bem como a que ponto tais metas foram alcançadas de fato. Destacamos também a necessidade de retornar ao *lócus* de pesquisa em questão, principalmente pelo fato de que o diálogo com a coordenação e um dos docentes da instituição ainda não ter se efetivado, sobretudo pelo tempo exíguo que tivemos em relação ao período letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ênfase de nosso trabalho se deu sobre a temática dos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) com enfoque na pluralidade cultural. Inicialmente destacamos o que vinha ser o currículo, que por sua vez envolve todo o processo educacional, abarcando espaços intra e extraescolares. No contexto da pluralidade evidenciamos a peculiaridade existente em nosso país, a qual deve ser trabalhada como uma riqueza de diversidade cultural, pois temos etnias, crenças e valores diversificados espalhados por todos os cantos de nosso país. É nesse aspecto que a educação se

encaixa, pois, cabe a ela permear essa diversidade cultural, contribuindo com a formação da identidade cultural de seu povo, atribuindo, sobretudo, respeito ao próximo, permitindo que se enxergue o outro em si mesmo, sabendo valorizar o que o outro constitui e carrega culturalmente, trabalhando com o respeito mútuo e com a valorização dos diversos saberes.

Diante dessas reflexões, podemos afirmar que o envolvimento de tais temáticas nos diálogos, nas práticas pedagógicas e nas interações entre estudantes e professores, pais e toda a comunidade escolar, dentro e fora dos espaços educativos, possibilitando a abordagem efetiva dessas peculiaridades, leva-nos ao caminho de uma aprendizagem mais significativa entre todas as partes, ou porque não dizer, de uma aprendizagem colaborativa.

Buscou-se compreender com tal trabalho como se dava o trabalho com a pluralidade no campo educacional, em especial em um Centro de Educação Infantil (CEINF), onde constatamos que a questão da pluralidade e da diversidade, segundo a direção, não são abordadas explicitamente no PPP da instituição, nem em sua organização curricular. Entretanto, esta afirmação muito nos inquieta, pois acreditamos que desde a infância estas questões estão imbricadas à vida cotidiana das crianças, em especial no contexto do CEINF da região diversificada de fronteira, onde existem crianças de ambos países convivendo em um mesmo ambiente, o que nos faz acreditar que tais questões devem ser trabalhadas sim, que elas precisam ser destaque na estruturação de uma Proposta Pedagógica e que a Organização Curricular precisa incluir esta rica possibilidade de ampliar as aprendizagens com o que o próprio contexto da fronteira apresenta, construindo desde a infância toda essa envoltura de respeito, valorização das vivências, das culturas, crenças e valores, sejam eles de qual povo provém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011. Acesso em: outubro de 2016.

CILIATO, Fernanda. SARTORI, Jerônimo. **Pluralidade Cultural: Os desafios aos professores em frente da diversidade cultural**. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFMS. Santa Maria, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/20639/pdf> > Acesso em: julho de 2015.

ESTEBAN, Maria Teresa. Diferença e (des)igualdade no cotidiano escolar. In: MOREIRA (eT all) (orgs.) **Currículo: pensar, sentir e diferir**> Rio de Janeiro: DP&A, 2004. Acesso em: outubro de 2016.

GONÇALVES, Jociane de Oliveira. SOUZA, Dania Andreza Duarte de. PORTA, Drielly Sinara de Castro. **A REALIDADE DAS ESCOLAS DE FRONTEIRA: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**. Conedu, 2015. Campina Grande, Paraíba-Brasil. Outubro/2015. Disponível em:<
http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA3_ID4133_06092015170907.pdf> Acesso em: outubro de 2015.

MOREIRA, Antônio F. B. **Currículo, cultura e formação de professores**. Currículo Cultura Educar, Curitiba, n. 17 p. 39-52. 2001. Editora UFPR. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a04.pdf> > Acesso em agosto de 2016.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. PACHECO, José Augusto. GARCIA, Regina Leite. **Currículo: pensar, sentir e diferir**. Rio de Janeiro: Editora: DP&A, 2004. Acesso em: agosto de 2016.

PEREIRA, J. H. V. **Identidades étnico-culturais e seus significados no currículo de escolas de fronteira**. In: VI ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE EPECO, 2003, Campo Grande. VI EPECO - CD-ROM. Campo Grande: Editora UCDB -Editora UFMS, 2003. p. 01-10.

TORCHI, Gicelma da Fonseca Chacarosqui; SILVA, Crislaine Patrícia da. **A Expansão do Programa Escolas Interculturais de Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul**. Revista GeoPantanal: UFMS/AGB. Corumbá.N. 17. P.33-46. Jul./dez.2014.

WALSH, Catherine. (ed). **La educación intercultural en la educación**. Peru: Ministério de Educación, 2001. Acesso em: Outubro de 2016.